



CIRO NOGUEIRA ENCONTROU LULA E OFERECEU AFASTAR PP DE FLÁVIO BOLSONARO POR ACORDO NO PIAUÍ

Chefe da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro (PL), o presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), foi recebido pelo presidente Lula (PT) às vésperas do Natal. O encontro ocorreu na Granja do Torto, a pedido do senador, no dia 22 de dezembro e contou com a participação do presidente da Câmara, Hugo Motta.

Descrita pelos participantes como cordial, a conversa, não registrada na agenda do petista, teve o objetivo de reaproximar Nogueira de Lula, sob o patrocínio de Motta. Segundo relatos, o chefe do PP procurou o presidente em busca de um acordo para renovar seu mandato de

senador pelo Piauí, estado governado pelo PT.

De acordo com políticos que estão dos dois lados da negociação, Nogueira articula a formação de um pacto segundo o qual Lula apoiaria enfaticamente apenas um candidato para o Senado, o também senador Marcelo Castro (MDB). Isso facilitaria a reeleição do presidente do PP, uma vez que haverá duas vagas em disputa em outubro.

Ao confirmar o encontro, um aliado de Nogueira disse que ele quer que o governo e o PT não atrapalhem sua candidatura, acenando, em troca, com uma neutralidade do PP na disputa presidencial. Por essa proposta, o partido não se aliaria for-

malmente ao pré-candidato do PL, Flávio Bolsonaro, na disputa contra Lula.

O PP anunciou a formação de uma federação partidária com o União Brasil, chamada União Progressista. As duas legendas, juntas, constituiriam a maior bancada da Câmara dos Deputados e seriam obrigadas a agir em conjunto na eleição nacional. Ciro Nogueira é um dos principais líderes dessa associação de partidos, que ainda não foi definitivamente reconhecida pelo TSE. Confirmada por cinco pessoas, a reunião entre o presidente e o senador serviu para reduzir tensões entre os dois, que, ao final, trocaram juras de afeição.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Petrobras compra 42,5% de bloco de exploração de petróleo na Namíbia

Haddad diz que Bolsonaro 'estuprou' contas públicas e que oposição terá trabalho para criticar economia

PT quer rever autonomia do Banco Central após caso Master, diz líder do partido na Câmara

Percentual de famílias com dívidas cresce, mas inadimplência cai



Plano Clima é publicado como um guia para economia de baixo carbono



NO MUNDO

Desconfiança e ameaça de guerra marcam negociação entre Estados Unidos e Irã

Sob a sombra do cerco militar crescente de Donald Trump ao Irã, delegações do país persa e dos Estados Unidos se reuniram de forma indireta nesta sexta-feira (6) em Mascate, capital de Omã. Não houve nenhum avanço significativo.

O tema central à mesa era o programa nuclear da teocracia, mas o pano de fundo da crise é a ameaça de Trump de atacar o Irã na esteira da repressão a protestos contra o regime. Desde seu primeiro mandato (2017-2021), o americano não esconde o desejo de ver derrubado o governo hostil aos EUA.

Segundo o líder da delegação iraniana, o chanceler Abbas Araghchi, "o muro da desconfiança precisa ser vencido". Ele disse que "a atmosfera foi muito positiva" e afirmou que novas negociações devem acontecer, mas dependem de decisões a serem toma-



das depois que os governos forem informados do teor do encontro desta sexta.

Ainda não houve manifestação do lado americano, que reuniu o negociador Steve Witkoff, Jared Kushner, genro de Trump, e o almirante Brad Cooper, comandante das forças americanas no Oriente Médio.

A presença do militar havia provocado protesto dos iranianos, pelo tom intimidatório e pelo fato de que Teerã só aceitaria discutir a questão nuclear, não a questão dos manifestantes nem mesmo seu programa de mísseis balísticos, visto pelos EUA como ameaça regional.

Os iranianos querem

a retomada do acordo de 2015 segundo o qual se comprometiam a apenas enriquecer urânio com fins pacíficos, não para fazer a bomba atômica, em troca do fim de sanções. Trump, que deixou o arranjo em 2018, quer o fim completo do programa nuclear.

A ONU estima que o Irã tem 400 kg de urânio a ponto de fazer até 15 bombas atômicas de baixo rendimento, que pode ser ainda mais enriquecido. Imagens de satélite divulgadas pelo jornal The New York Times mostram que parte das instalações bombardeadas por Trump no ano passado foi reconstruída.

Igor Gielow/Folhapress

Chuvvas causam inundação do rio Douro, em Portugal, e Península Ibérica teme chegada de nova tempestade

A Península Ibérica, que nos últimos dias foi atingida por fortes chuvas, continua com cidades alagadas nesta sexta-feira (6), e mais de 9.000 pessoas já foram forçadas a sair de suas casas de forma preventiva. A situação pode piorar pois agências meteorológicas de Portugal e da Espanha já alertam para a chegada de uma nova tempestade, Marta, neste sábado (7).

Na cidade do Porto, o rio Douro transbordou nesta sexta, causando inundações em cafés e restaurantes à beira do Rio. A navegação fluvial no local foi cancelada pelas autoridades.

No sul do país, partes do município de Alcácer do Sal, às margens do rio Sado, permaneceram parcialmente submersas pelo terceiro dia consecutivo. "Fiquei sem nada, nada. Só com as

roupas que eu vestia", disse à Reuters a moradora Rita Morgado.

O país foi atingido pela tempestade Leonardo, a sexta deste ano, que matou um homem de cerca de 60 anos. O primeiro-ministro Luís Montenegro disse na quinta-feira (5), que seu governo havia prorrogado o estado de calamidade em 69 municípios. Ele alertou que chuvas "sem precedentes" e riscos de enchentes ainda ameaçavam várias regiões.

O serviço de proteção civil de Portugal disse que seis rios, incluindo o Tejo, estavam sob risco de inundações.

Na Espanha, autoridades retiraram pessoas de áreas residenciais no sul do país por medo de transbordamento de rios e alertaram, nesta sexta-feira, para deslizamentos de terra causados por aquíferos cheios. Folhapress

EUA e Rússia falam em novo tratado com mais potências nucleares



Um dia após a expiração do último tratado de controle de armas nucleares vigente entre Estados Unidos e Rússia, as duas maiores potências atômicas do planeta indicaram o caminho para uma nova negociação envolvendo outros países com a bomba.

O Novo Start, acordo de 2011 que limitava o número de ogivas nucleares e meios para lançá-las, além de mecanismos de fiscalização mútua de arsenais, caducou na quinta-feira (5) porque o presidente Donald Trump não aceitou proposta de Vladimir Putin para estender o arranjo por um ano.

Uma das queixas

centrais de Trump é que a China expande seu arsenal sem fazer parte de nenhum acordo. Segundo a Federação dos Cientistas Americanos (FAS, na sigla inglesa), referência no tema atômico, Pequim dobrou seu estoque de ogivas para 600 de 2019 para cá.

Já os russos, que com os americanos concentram 86% das bombas nucleares do mundo, preferem conversar a sós com os EUA, até por uma questão de status. "Mas estamos prontos para qualquer cenário", disse nesta sexta (6) o chanceler Serguei Lavrov em Moscou.

Seu embaixador para assuntos de desarmamento em Genebra, Guennadi

Gatilov, desenhou o cenário em uma conferência na cidade suíça. "Se houver qualquer conversa séria sobre negociações multilaterais, então em princípio a Rússia estaria envolvida em tal processo se o Reino Unido e a França também estiverem", disse.

Juntos, os dois aliados americanos no clube militar Otan têm 515 ogivas, um arsenal comparável ao da China, mas estável ao longo dos anos.

Na quinta, Trump havia se manifestado em rede social sobre o assunto, dizendo que o Novo Start não deveria ser estendido e defendendo um novo tratado.

Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Petrobras compra 42,5% de bloco de exploração de petróleo na Namíbia



A Petrobras adquiriu participação em um bloco de exploração de petróleo na costa da Namíbia, no sudoeste da África. A área fica na Bacia de Lüderitz e cobre cerca de 11 mil quilômetros quadrados (km²), equivalente à metade do tamanho de Sergipe.

A informação foi divulgada por meio de fato relevante, comunicado que empresas fazem a investidores.

A estatal explica que adquiriu 42,5% de participação da área, identificada como Bloco 2613. A petroleira francesa TotalEnergies, parceira da Petrobras na produção de petróleo no Brasil, adquiriu outros 42,5%.

A Namcor Exploration and Production, estatal do

governo da Namíbia, possui 10%, enquanto a Eight Offshore Investment Holdings detém 5%.

As participações adquiridas pela Petrobras e TotalEnergies foram vendidas pelas empresas Eight e Maravilla Oil & Gas.

O comunicado não informa o valor de aquisição. A empresa acrescentou que a conclusão do negócio depende ainda do cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações governamentais e regulatórias, notadamente do Ministério da Indústria, Minas e Energia da Namíbia.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, aponta que a nova participação faz parte dos esforços da companhia para

recomposição das reservas de petróleo e gás.

"Temos avaliado com muito cuidado áreas que têm mostrado boas perspectivas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo", disse, acrescentando que a compra marca a volta da empresa à Namíbia.

A diretora de Exploração e da Petrobras, Sylvia Anjos, enfatizou o conhecimento da formação geológica da bacia exploratória.

"Temos bastante conhecimento geológico da região, em grande parte análoga às nossas bacias sedimentares. Olhamos com atenção a costa oeste Africana e as boas oportunidades na África. Foi assim em São Tomé e Príncipe, África do Sul e, agora, Namíbia", afirmou.

Bruno Moura/ABR

Faturamento da indústria fica estagnado em 2025, aponta CNI

O faturamento da indústria de transformação terminou 2025 com variação de 0,1% em relação a 2024, consolidando um quadro de estabilidade. Os dados estão nos Indicadores Industriais divulgados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) nesta sexta-feira, 6.

Em dezembro, houve um recuo de 1,2%, a quarta queda em seis meses. Até junho do ano passado, o faturamento acumulava alta de 5,7% em relação ao mesmo período de 2024, mas a sequência negativa do indicador no segundo semestre reverteu o cenário positivo.

A estabilidade do faturamento industrial em 2025 vem depois de um ano positivo, uma vez que, em 2024, o índice havia subido 6,2%, a maior alta em 14 anos.

Além do faturamento, os resultados recentes do número de horas trabalhadas na produção e da UCI (Utilização da Capacidade Instalada) reforçam a queda da atividade industrial, de acordo com a CNI.

Em dezembro, o total de horas trabalhadas na produção caiu 1% em relação a novembro, quarto resultado negativo em seis meses. No entanto, o desempenho positivo do indicador no primeiro semestre compensou a sequência negativa e o índice fechou 2025 com alta de 0,8% na comparação com 2024.

Já a UCI caiu 0,4 ponto percentual, passando de 77,2% para 76,8% em dezembro. Em 2025, a UCI média foi 1,2 ponto percentual inferior à registrada no ano anterior.

Para a especialista em Políticas e Indústria da CNI, Larissa Nocko, esse desempenho é reflexo do patamar elevado das taxas de juros, que encarecem o crédito para empresários e consumidores.

"Essa é a principal causa da perda de ritmo da indústria, agravada pela forte entrada de produtos importados, particularmente de bens de consumo. Essas importações capturam parte importante do mercado consumidor", afirma. CNN

Percentual de famílias com dívidas cresce, mas inadimplência cai



O indicador que mede o percentual de famílias brasileiras que têm dívidas como cartão de crédito e financiamentos alcançou 79,5% em janeiro, patamar mais alto já registrado, igualando recorde de outubro passado.

O dado faz parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada nesta terça-feira (6) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Por outro lado, a quantidade de famílias que não conseguiu pagar essas dívidas no prazo caiu pelo terceiro mês seguido.

Em dezembro, o nível de endividamento estava em 78,9%, enquanto, em janeiro no ano passado, abran-

gia 76,1% das famílias.

Ao analisar os dados de janeiro de 2026, percebe-se que o endividamento é mais presente em famílias que ganham até três salários mínimos, chegando a 82,5% delas.

Já nas com renda superior a dez salários mínimos, o indicador recua para 68,3%. Desde janeiro, o salário mínimo é fixado em R\$ 1.621.

O levantamento revela que o cartão de crédito é a forma de endividamento mais presente no endividamento das famílias:

Cartão de crédito: 85,4%
Carnês: 15,9%
Crédito pessoal: 12,2%
Financiamento de casa: 9,6%
Financiamento de carro: 8,7%
Crédito consignado: 6%
Cheque especial: 3,4%

Outras dívidas: 2,5%

Cheque pré-datado: 0,3%

A pesquisa identificou que o comprometimento médio com as dívidas é de 7,2 meses — isso significa que esse é o tempo médio que falta para que as famílias quitam essas contas.

Já a parcela da renda gasta com as dívidas ocupa em média 29,7% do orçamento familiar, segundo a Peic. Uma em cada cinco famílias (19,5%) afirmaram ter mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas.

O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o país. São levadas em conta dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa. ABR

POLÍTICA

Haddad diz que Bolsonaro 'estuprou' contas públicas e que oposição terá trabalho para criticar economia



O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, disse nesta sexta-feira (6) que o governo Jair Bolsonaro (PL) promoveu uma "espécie de estupro das contas públicas, uma coisa alucinada." Para o chefe da equipe econômica de Lula 3, o PT deveria tirar proveito e explicar o que foi herdado da gestão anterior.

"[São] Eles que têm que temer discutir economia com a gente, porque eles não tem argumento para defender o que eles fizeram, não tem", disse, em evento durante as comemorações dos 46 anos do PT, em Salvador (BA).

Na avaliação de Haddad, a estratégia do governo Bolsonaro era deixar uma armadilha que inviabilizasse

a gestão Lula, repetindo um argumento que tem defendido em entrevistas, o de que a atual situação fiscal deficitária são consequência de uma "herança maldita" da gestão anterior.

Ele citou a flexibilização de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), a postergação do pagamento de precatórios, o aumento de repasses ao Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica) e o reajuste do Auxílio Brasil (programa depois incorporado ao Bolsa Família), que não estavam no Orçamento.

O relato de Haddad quanto ao quadro em 2023, quando assumiu a Fazenda, serviu também de ponte para uma defesa da política econômica de sua pasta desde então, que por diver-

sas vezes foi alvo de críticas dentro do PT. Haddad era acusado de promover um "austericídio".

Medidas como a PEC da Transição e depois a lei complementar que criou o arcabouço fiscal foram, segundo o ministro da Fazenda, necessárias para evitar a total paralisação do governo ainda no primeiro ano de gestão.

"Vejo muitas pessoas legitimamente questionando. Estou dizendo que podemos discutir, mas foi o acordo possível para você superar o teto de gastos, que já tinha sido desmoralizado", afirmou. "E a gente substituiu com um Congresso no qual a gente tem, se tanto, 30% dos votos, e tinha que ter uma votação expressiva, quórum qualificado." Folhapress

Eduardo diz que aliados precisam estar 'na mesma página' com candidatura de Flávio

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou, na quinta-feira (5), que "quem está dentro de campo, na arena política, precisa estar na mesma página" em relação à candidatura de seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

Em uma cobrança a aliados, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que "integrar um movimento e permanecer em silêncio não é neutralidade" e, sim, uma "omissão deliberada".

"A candidatura já está posta há exatos 2 meses e o objetivo é claro: tirar o Brasil do rumo da pobreza com Lula", escreveu Eduardo em uma publicação no X.

O ex-deputado e o irmão estão em viagem ao Oriente Médio, onde já se reuniram com autoridades como o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Segundo Eduardo, ele e Flávio estão "sendo recepcionados com respeito e honra" du-

rante o tour internacional.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a aproximação de Flávio Bolsonaro com as articulações internacionais de Eduardo marca uma virada na trajetória política do senador, que não participou das principais comitivas parlamentares lideradas por Eduardo desde 2024 para denunciar a suposta existência de uma "ditadura" no país e pedir por sanções contra o governo Lula.

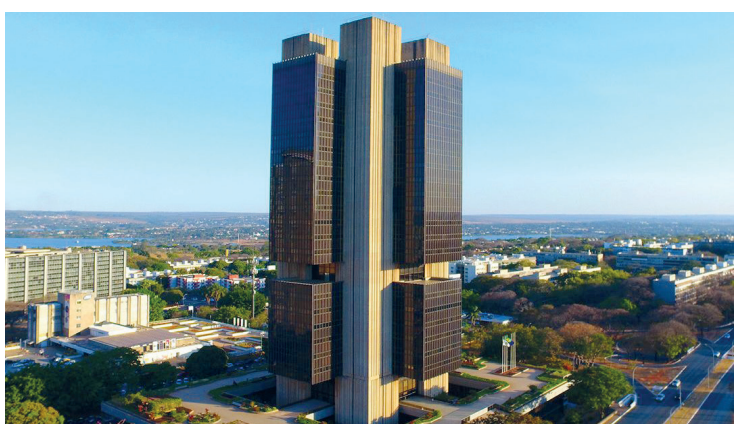
Eduardo foi denunciado em setembro passado sob a acusação de tentar intervir nos processos do ex-presidente. Em novembro, Moraes determinou o cancelamento do passaporte diplomático dele.

O ex-deputado deixou o Brasil em março do ano passado e se mudou para os Estados Unidos, com o objetivo de liderar uma campanha por sanções contra Lula e aliados. Ele foi cassado no final do ano passado por excesso de faltas na Câmara.

Folhapress



PT quer rever autonomia do Banco Central após caso Master, diz líder do partido na Câmara



Líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC) afirmou que o caso do Banco Master mostra que o BC não pode ter uma autonomia operacional total e que a bancada se reunirá com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma mudança na lei para aumentar o controle social sobre a autoridade monetária.

"Nós queremos investigar para que a gente responsabilize quem se envolveu em todas essas irregularidades, mas nós queremos também fazer o debate sobre o Banco Central. O Congresso não controla o Banco Central. O governo, que foi eleito democraticamente, não tem

relação direta [com o BC]", disse Uczai à reportagem.

Para o líder do PT, além da falta de controle sobre a política de juros questionada pelo partido na época em que foi aprovada a autonomia do Banco Central contra os votos da esquerda, o caso do Banco Master teria mostrado outro problema dessa legislação: a falta de fiscalização adequada sobre fundos e instituições financeiras.

"A partir do Campos Neto, a coisa é mais séria e grave. Quando ele flexibiliza a possibilidade de emissão de títulos ou de não fiscalização de determinados atores financeiros, dá no Banco Master. Olha a gravidade do processo", afirma. "O que

se demonstra na postura autônoma do Banco Central é permitir a flexibilização de regras", diz.

Em 2021, no governo Bolsonaro, o Congresso aprovou lei que estabeleceu mandatos fixos para o presidente e diretores do Banco Central, com o discurso de reduzir as chances de interferência política.

Campos Neto foi então indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para presidir a instituição. Na gestão dele, o BC fez alertas ao Master para que ajustasse suas condutas, mas foi criticado por adversários por não adotar atitudes mais duras contra o banco.

Folhapress

MEIO AMBIENTE

Plano Clima é publicado como um guia para economia de baixo carbono



O governo federal publicou na última quinta-feira (5) o sumário executivo do Plano Clima, que funciona como um guia com diretrizes, estratégias e planejamento para que o país seja capaz de alcançar o compromisso de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e fazer frente às mudanças climáticas.

“Como humanidade, temos o dever de promover a transição para um modelo econômico que respeite a capacidade de suporte do planeta, a fim de ajudar a restabelecer o equilíbrio climático de forma ética”, destacou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, na publicação.

A ministra acrescentou

que a transição justa também é o caminho para superar um modelo econômico que perpetua desigualdades históricas.

A íntegra da política pública reúne as Estratégias Nacionais de Mitigação (ENM) e as Estratégias Nacionais de Adaptação (ENA), além de planos setoriais e temáticos.

O documento completo conta com 90 páginas, com pesquisa interativa para leitura facilitada por tema, gráficos e tabelas.

Aprovado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) em dezembro de 2025, o Plano Clima reúne iniciativas a serem implementadas no país até 2035 pelos setores público e privado.

O ministro da Casa Civil,

Rui Costa, avalia, em carta na abertura da publicação, que a aprovação do Plano Clima, após 17 anos da primeira edição, marca um momento decisivo na política brasileira sobre mudança do clima.

Ele classifica que o documento contribui “com o estabelecimento de um caminho transparente, robusto e participativo para que o país cumpra integralmente suas metas no âmbito do Acordo de Paris”.

O objetivo do Brasil é reduzir o total de emissões de gases de efeito estufa, de 2,04 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, em 2022, para 1,2 bilhão de toneladas, em 2030, e alcançar a faixa entre 1,05 bilhão e 850 milhões de toneladas, em 2035.

ABR

MPF pede bloqueio de R\$ 1,2 bi da Vale por vazamento em Congonhas (MG)

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora Vale, em duas ações ligadas a vazamentos de água e sedimentos ocorridos em janeiro nas minas de Viga e Fábrica, ambas na cidade mineira de Congonhas.

Os pedidos foram feitos em duas ações, uma para cada mina. No caso da mina de Fábrica, o bloqueio pedido foi de R\$ 1 bilhão, sendo os outros R\$ 200 milhões referentes ao acidente na mina de Viga.

Os vazamentos atingiram cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Parapeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, argumenta o MPF nas ações. A quantia bloqueada diz respeito a danos a serem reparados.

Falha

Para o MPF, houve “falha no controle da operação de estruturas de contenção de efluentes da mina”. De acordo com a acusação, reservatórios que deveriam servir para o controle do fluxo de água não possuíam siste-

mas de drenagem capazes de suportar chuvas fortes, contrariando as obrigações da mineradora na prevenção de extravasamentos.

“Além disso, a mineradora não comunicou o fato imediatamente às autoridades, o que contraria deveres legais de transparência e dificulta a resposta da Defesa Civil”, disse o MPF, em nota.

Os procuradores pediram, ainda, que a Vale seja obrigada a contratar uma auditoria técnica independente para acompanhar as obras necessárias para garantir a segurança das minas.

O MPF também quer que a mineradora produza rapidamente um relatório completo sobre a situação de estruturas semelhantes em todas as suas minas no estado de Minas Gerais.

Procurada, a Vale informou que “tomou conhecimento da ação do Ministério Público Federal referente ao extravasamento ocorrido na mina de Viga, em Congonhas (MG). A empresa já se manifestou nos autos e apresentará oportunamente a sua defesa dentro do prazo legal”.

ABR

Governo avalia editar decreto sobre licenciamento ambiental



O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) informou hoje (6), em Brasília, que equipes do governo federal estudam a possibilidade de criar nova regulamentação para o processo de licenciamento ambiental.

A meta é reduzir os impactos negativos das mudanças promovidas pelo novo marco legal.

“A análise inclui a possibilidade de edição de decretos federais, portarias, instruções normativas ministeriais e, em especial, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)”, destaca nota enviada à Agência Brasil.

De acordo com o órgão, a judicialização das mudanças promovidas pelo Con-

gresso Nacional, conforme a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, havia sugerido anteriormente, também não foi descartada. “Cabe à Advocacia-Geral da União o papel de representação perante o Poder Judiciário”, destaca a mesma nota.

Acrescenta que, apesar dos processos de licenciamento ambiental iniciados estarem sujeitos integralmente às novas diretrizes, há uma regra de transição a ser cumprida para os pedidos que estão em curso nos órgãos ambientais. Com isso, obrigações e cronogramas estabelecidos nos processos precisam ser cumpridos.

De acordo com o MMA, durante toda a tramitação das novas leis que tratam do

assunto, houve um esforço por parte do governo federal para preservar o licenciamento ambiental como uma ferramenta capaz de “evitar, reduzir e compensar impactos adversos de atividades potencialmente poluidoras”.

O informe destaca, ainda, que os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei 15.190/2025 tinham esse objetivo, mas foram rejeitados pelo Congresso Nacional.

“As mudanças na lei sugeridas pelo presidente mantinham a integridade do processo de licenciamento ambiental no país, ao mesmo tempo que consideravam pontos de modernização da legislação trazidos pelos parlamentares”, conclui.

ABR

PUBLICIDADE LEGAL

WL Participações e Negócios S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

Data, Hora e Local: 20/09/2025, às 10h00, na Rua Doutor Flaquer, nº 548 – Sala 01, Centro, São Bernardo do Campo-SP. **Presença:** Waldemar Samuel Lazzuri, RG nº 4.677.338-1 SSP/SP e CPF nº 016.790.828-68; Cecília Norma Postiglione Lazzuri, RG nº 6.374.360 SSP/SP, CPF/MF nº 166.181.888-90 e Leonardo Samuel Lazzuri Scontre, RG nº 38.156.398-4 SSP/SP, CPF nº 463.242.298-31. **Mesa:** Waldemar Samuel Lazzuri, Presidente e Solange Venturini, Secretária. **Deliberação:** (1) Constatada a observância de todas as formalidades legais, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída **WL Participações e Negócios S.A.**; (2) Aprovado o capital da sociedade de R\$ 100.022.011,00, mediante a emissão de 100.022.011 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas nesta data em quotas da empresa **Skylack Tintas e Vernizes Ltda.**, Estrada do Jurumirim, nº 570, Canjica, Salto-SP, NIRE 3521470419-9, CNPJ nº 02.056.701/0001-78; (3) Aprovado o Estatuto Social; (4) Foram eleitos, por unanimidade, para um mandato de 2 anos a partir desta data, os seguintes membros: **Waldemar Samuel Lazzuri**, acima qualificado, para o cargo de Diretor Presidente; e **Leonardo Samuel Lazzuri Scontre**, acima qualificado, para o cargo de diretor vice-presidente. Os membros eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum crime legalmente previsto, inclusive por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, que os impeça de exercer, ainda que temporariamente, atividade mercantil. Procedeu-se a aprovação da remuneração da Diretoria, fixada em R\$ 100.000,00 a remuneração anual e global. Ficou decidido que o Conselho Fiscal não será instalado neste exercício. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata. São Bernardo do Campo, 20/09/2025. **Assinaturas: Mesa: Presidente:** Waldemar Samuel Lazzuri; **Secretária:** Solange Venturini. **Anexo III – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A WL Participações e Negócios S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações, e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Doutor Flaquer, nº 548 – Sala 01, Centro, CEP: 09710-180, no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, e poderá, a critério da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, observadas experiências legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista – CNAE 6462-0/00. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações e do Direito de Preferência. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100.022.011,00, representado por 100.022.011 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **§ 1º.** Nas Assembleias Gerais, cada ação dará direito a um voto e os acionistas podem comparecer a elas pessoalmente ou por meio de procuradores, constituídos na forma e condições prescritas na lei. **§ 2º.** Não será permitida a conversão de uma espécie ou classe de ações em outra. **§ 3º.** Nos aumentos de capital da Companhia, o preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos de integralização, será fixado pela Assembleia Geral, podendo ser emitidas tanto ações ordinárias como preferenciais, sendo que o capital deverá preservar a proporção estabelecida em lei. **§ 4º.** As ações serão escriturais e não serão emitidos certificados ou cautelares representativas. **§ 5º.** Em caso de aumento do capital social, os acionistas terão preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem na Sociedade e, nos casos de aumento do capital com reservas e lucros, os acionistas receberão as ações gratuitas na proporção das já possuídas. **§ 6º.** O direito de preferência para subscrição do aumento de capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30, a contar da data da Assembleia Geral que aprovou o aumento do capital social. **§ 7º.** O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% ao mês sobre o valor das entradas ou prestações. **§ 8º.** O acionista que desejar alienar as suas ações, ou parte delas, deverá dar ciência de sua intenção aos demais acionistas, através de carta endereçada à Companhia, em que deverá constar, expressamente, a quantidade de ações, a espécie, o preço e as condições de pagamento. Os demais acionistas terão prazo de 30 dias, contados da notificação efetuada pela administração da Companhia, para manifestar o seu direito de preferência na aquisição das quotas ofertadas, na proporção da sua participação no capital social da Companhia. **§ 9º.** Na hipótese de apenas parte dos acionistas se manifestarem pela aquisição das ações, o acionista ofertante deverá informar a estes o fato de que remanesce parte das ações ou do direito de subscrição de novas quotas ofertadas, declarando seu número exato, outorgando-lhes o prazo de 30 dias para exercerem seu direito de preferência para a respectiva aquisição suplementar, com obediência ao critério de proporcionalidade tomada em relação à participação no capital social. **§ 10º.** Se, nos prazos estabelecidos pelos parágrafos sétimo e oitavo desta Cláusula, os acionistas não se manifestarem pela aquisição da totalidade das ações ou da integralidade do direito de subscrição oferecidos, ficará o acionista ofertante liberado para transferir-las a terceiros, em igualdade de preço e condições com relação àquelas apresentadas aos demais

acionistas. **§ 11º.** A Companhia poderá adquirir as próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **Capítulo III – Das Assembleias Gerais. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes e as disposições deste Estatuto Social. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência de, no mínimo 8 dias, em primeira convocação e, no mínimo 5 dias, em segunda convocação e serão instaladas em conformidade com a Lei. **§ 2º.** As Assembleias serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência deste, pelo Diretor Vice-presidente, ou ainda, na ausência deste, por qualquer acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia indicar o Secretário. **§ 3º.** Os requisitos para a convocação prévia da Assembleia Geral serão dispensados naquelas em que todos os acionistas compareçam. **§ 4º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, devidamente autorizado mediante procuração arquivada na Companhia com pelo menos 48 horas de antecedência a qualquer Assembleia. **Artigo 7º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos em relação ao capital. **Parágrafo único.** As atas das Assembleias poderão, por decisão dos acionistas, ser lavradas em forma de Sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no artigo 130, parágrafo 1º, alíneas a e b da Lei das S.A. **Artigo 8º.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além de outras previstas em lei ou neste Estatuto, as seguintes matérias: (i) eleger e destituir diretores, fixando a sua remuneração; (ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (iii) aprovar a alienação, oneração, ou arrendamento, por qualquer forma, de bens do ativo permanente ou direitos a eles relacionados, acima do limite individual de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; (iv) aprovar a aquisição de bens do ativo permanente ou direitos a eles relacionados, acima do limite individual de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; (v) aprovar a execução de operações financeiras pela Companhia acima do limite de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; (vi) alterar este Estatuto Social; (vii) aprovar o aumento ou redução do capital social; (viii) aprovar aquisição, amortização ou resgate de ações de emissão da Companhia, adicionalmente à aquisição de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, ou qualquer revenda subsequente; (ix) aprovar a criação de ações preferenciais ou ordinárias, em ambos os casos, de classes diferentes das existentes ou aumentar a classe existente de ações ordinárias, sem manutenção proporcional com outras espécies e classes, ou alterar as condições de preferências, vantagens e amortização ou resgate de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de novas classes mais favoráveis; (x) aprovar a aquisição ou a alienação, pela Companhia, de participação societária em qualquer outra; (xi) aprovar a cisão, fusão, incorporação ou liquidação da Companhia ou de suas coligadas ou controladas; (xii) aprovar a dissolução da Companhia e sua liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas; (xiii) aprovar o ajuizamento, judicial ou extrajudicial, de pedido de falência ou recuperação extrajudicial da Companhia, autodeclaração de falência, e/ou levantamento da liquidação da Companhia; e (xiv) eleger os representantes na administração das empresas controladas, bem como orientar a condução destes. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Diretor Presidente deliberar sobre a sua individualização. **Artigo 10.** A Diretoria será constituída de, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia geral, podendo ser reeleitos, para mandato de 2 anos, admitida a reeleição. **§ 1º.** Os diretores permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de suas funções, até eleição e posse dos seus sucessores. **§ 2º.** Os diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria. **§ 3º.** Ocorrendo vaga na Diretoria, caberá ao Diretor Presidente indicar, dentre os demais membros da Diretoria, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo, a ser decidido na primeira Assembleia Geral que se realizar, o que deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após tal vacância, atuando o substituído então eleito até o término do mandato da Diretoria. Caso, após a vacância, a Diretoria permaneça com pelo menos dois membros no exercício de suas atribuições, será facultado à Assembleia Geral preencher ou não o cargo vago. Ocorrendo a vacância do cargo de Diretor Presidente, a substituição interina será exercida pelo Diretor Vice-presidente. **§ 4º.** O Diretor Presidente será substituído em suas ausências temporárias ou impedimentos pelo Diretor Vice-presidente. **Artigo 11.** A Diretoria é um órgão executivo da administração, cabendo-lhe, dentro da orientação estabelecida em Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Companhia. A Diretoria fica, para este fim, investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos ao objeto social observado o disposto no Artigo 10 deste Estatuto. **§ 1º.** Compete ainda à Diretoria: **a)** aprovar o quadro de funcionários, determinando as atribuições e respectivos proventos; **b)** elaborar as instruções necessárias para o andamento das operações da Companhia e preparar um plano de ação anual a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária da Companhia; **c)** indicar o Diretor que, em cada caso, representará a Com-

panhia em juízo ou fora dele; **d)** aprovar a aquisição de itens para o ativo permanente da Companhia ou direitos a eles relacionados, em montante individual até o limite de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; **e)** aprovar a alienação, oneração, ou arrendamento, por qualquer forma, de bens do ativo permanente ou direitos a eles relacionados, até o limite individual de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; **f)** aprovar a execução de operações financeiras pela Companhia de valor igual ou superior até R\$ 500.000,00 até o limite de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data; **e g)** autorizar a prestação de garantias, inclusive aval e fiança, à sociedade controladora, às controladas e coligadas até o limite de R\$ 1.000.000,00, corrigidos pelo IPC – FIPE a partir desta data. **Artigo 12.** A Diretoria se reunirá, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer Diretor, sendo necessária a presença da maioria de seus membros para aprovação de deliberações das matérias previstas no Artigo 11 deste Estatuto. **Parágrafo único.** As decisões da Diretoria serão transcritas no livro próprio. **Artigo 13.** Observada a competência da Assembleia Geral e das disposições do artigo 11 acima, que dependem de decisão colegiada, a Diretoria tem poderes, por intermédio de um de seus membros, para representar a Companhia em Juízo e fora dele, e em suas relações com terceiros. **Artigo 14.** Observado o disposto nos artigos 8º e 11 deste Estatuto Social, a Companhia e representada se obriga: **a)** em atos de mera rotina e simples correspondência; na representação perante quaisquer órgãos públicos ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, inclusive com relação a processos administrativos e judiciais; na emissão de duplicatas e seu endosso para cobrança bancária, e no endosso de cheques para depósito bancário; pela assinatura individual do Diretor-presidente, do Diretor Vice-Presidente; ou de um procurador devidamente constituído para representar a Companhia. Este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e dentro dos limites dos seus poderes e atribuições; e **b)** em todos os demais atos, documentos, contratos e títulos de crédito que impliquem obrigação ou responsabilidade para a Companhia: (i) pela assinatura conjunta de 02 Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Presidente e/ ou Vice-Presidente; (ii) pela assinatura de 01 Diretor e 01 procurador, sendo este último devidamente constituído para representar a Companhia, agindo sempre dentro dos limites dos seus poderes e atribuições; ou (iii) pela assinatura de um procurador com poderes especiais, dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. **§ 1º.** Nos casos em que a Companhia tiver de se obrigar perante terceiros, sob qualquer forma, inclusive empréstimos tomados pela Companhia, em valores individuais superiores a R\$ 1.000.000,00, a respectiva operação deve ser previamente autorizada pela Assembleia Geral, exceção feita quando solicitado pelas sociedades controladas e ou coligadas. **§ 2º.** As procurações *ad negotia* deverão ter prazo de validade, poderes específicos, vedado o subestabelecimento, e ser assinadas por 2 Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou Vice-presidente. As procurações *ad iudicia* deverão ter poderes específicos, sem prazo de validade, podendo ser subestabelecidas, sendo assinadas por dois diretores. **§ 3º.** Todas as procurações mencionadas neste artigo são outorgadas por instrumento público, com exceção das procurações *ad iudicia*, que podem ser outorgadas por instrumento particular. **§ 4º.** Todos os valores expressos em Reais neste Estatuto serão reajustados anualmente, pela variação do IPC – FIPE, exceção feita ao valor do capital social. **§ 5º.** Não surtem nenhum efeito em relação à Companhia os atos violadores deste Estatuto ou baseados em atos de administração que o violem. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 15.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, podendo ser reeleitos. **§ 1º.** O Conselho Fiscal será instalado por deliberação da Assembleia Geral ou por solicitação de acionistas, nos casos previstos em lei. **§ 2º.** A Assembleia Geral que deliberou a instalação elegerá seus membros e fixará a respectiva remuneração; **§ 3º.** Os Conselheiros eleitos serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse no livro de Atas do Conselho Fiscal. **§ 4º.** Os Conselheiros eleitos serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Lucros e Sua Distribuição. Artigo 16.** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se, nessa data, ao levantamento do balanço geral da Companhia e elaboração das demais demonstrações financeiras. **Artigo 17.** Do resultado do exercício serão deduzidos os eventuais prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e as participações estatutárias dos administradores. **§ 1º.** Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social; (ii) 25% no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do art. 2º da Lei 6.404/76, a título de dividendos, não cumulativos, destinados aos acionistas; e (iii) o saldo remanescente, se houver, terá o destino deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 18.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou de periodicidade menor, podendo a Diretoria distribuir os lucros neles apurados, *ad-referendum* da Assembleia Geral. **Capítulo VII – Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 19.** Dissolver-se-á a Companhia nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII – Das Disposições Finais. Artigo 20.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais vigentes, pertinentes às Sociedades Anônimas. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.684.249 em 30/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Banco da China Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 10.690.848/0001-43 - NIRE 35.300.366.638

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/11/2025

Data, hora e local: Em 18/11/2025, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente da Reunião:** Guanghua Zhang; **Presidente do Conselho:** Qiusheng Cai; **Conselheiro:** Guanghua Zhang; **Conselheiro:** Ma Guoqing e **Secretário:** Frederico Mariano Soares de Lima. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** a destituição do Sr. **Guanghua Zhang**, chinês, bancário, do cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Aprovada** a eleição do Sr. **Jinsong Chen**, chinês, bancário, na iminência de se iniciar o devido processo de obtenção do competente visto, nos termos da Resolução Normativa nº 11, datada de 01/12/2017, do Conselho Nacional de Imigração, órgão integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. **6.** O membro da Diretoria eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. JUCESP nº 001.378/26-0 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Promotora PNAF Ltda.

CNPJ nº 06.929.509/0001-08 - NIRE 35.209.586.965

Edital de Primeira Convocação para Reunião de Sócios

Ficam convocados os Sócios da **Promotora PNAF Ltda.** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 16/02/2026, às 10:00 horas, exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, pelo endereço eletrônico abaixo, a fim de deliberarem sobre a Ordem do Dia abaixo. **Reunião do Microsoft Teams: Ingressar:** <https://bit.ly/4ra0KTO>, ID da Reunião: 285 918 814 395 99, Senha: Xs2ua3qX. **Ordem do Dia:** i) Aprovar o aumento do capital social da Sociedade, no valor R\$ 3.510.245,83, sendo permitida a capitalização de bens e créditos detidos pelos Sócios, por si e/ou suas partes relacionadas, contra a sociedade. ii) Aprovar a abertura de prazo de até 30 (trinta) dias após a deliberação para que os Sócios possam exercer seu direito de preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares, nos termos do Art. 1.081, § 1º do Código Civil. iii) Aprovar o tratamento a ser dado a eventuais sobras, nos seguintes termos: quotas não subscritas por um ou mais Sócios poderão ser rateadas, na proporção dos valores subscritos, entre os Sócios que manifestarem interesse na reserva de sobras. iv) Se aprovados os itens acima, deliberar a convocação de uma nova Reunião de Sócios, a ser realizada depois de transcorrido o prazo para o exercício do direito de preferência, para deliberar a aprovação da respectiva modificação do contrato social. v) Aprovar a alteração na forma de representação da sociedade e substituição de Diretor. São Paulo, 07/02/2026. Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho, Diretor. (07, 10 e 11/02/2026)

EZS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 06.234.798/0001-12 - NIRE 35.300.510.607

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2025.

Data, Hora e Local: Aos 09/12/2025, às 14:00hs, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. **João Paulo da Costa Barros Lins** – Presidente; **Marcos Mancini Keating** – Secretário. **Deliberação da Ordem do Dia:** A única acionista aprova o quanto segue: (i) Após a apresentação da Diretoria da **Companhia** relativa à proposta de pagamento de juros sobre capital próprio/juros sobre o patrimônio líquido, à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e analisados os dados econômico-financeiros e fiscais da **Companhia** relativos ao período de janeiro a novembro de 2025, foi aprovada sem reservas pela única acionista, o pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da **Companhia**, correspondente ao montante bruto de R\$ 2.529.648,34 a ser efetuado até 20/12/2025. Sobre o valor bruto dos juros sobre o capital próprio deverá ser retido imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, que equivale ao valor de R\$ 379.447,25. Dessa forma, o valor líquido dos juros sobre capital próprio corresponde ao valor de R\$ 2.150.201,09. (ii) Ademais, o valor dos juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda na fonte, será imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. (iii) Autoriza a diretoria na prática de todos os necessários ao cumprimento do tratado nos itens acima. **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Assembleia, lavrou-se a Ata. São Paulo/SP, 09/12/2025. **Mesa:** João Paulo da Costa Barros Lins; Marcos Mancini Keating. **Acionista:** Tempest Serviços de Informática S.A., Por João Paulo da Costa Barros Lins e Marcos Mancini Keating. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 1.036.809/26-2 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

IM2D Participações Ltda

CNPJ/MF nº 02.684.297/0001-87 - NIRE nº 35.218.444.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 05/12/2025, às 10 horas, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação e Publicação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente - EMANUEL DIAS DE MELLO SÁ, Secretária - Dafne Duek. **Ordem do Dia e Deliberações:** Foi deliberado e aprovado por unanimidade dos presentes: A distribuição de lucros referente a lucros acumulados até o ano 2024 conforme informado no balanço de do mesmo ano no valor de R\$ 16.000.000,00 e se dará através de transferência ao exterior no valor de R\$ 16.000.000,00 ao sócio cotista não residente no país Isaac Duek devidamente qualificado no contrato social, que faz parte integrante do anexo. O valor será transferido em um prazo máximo de até 36 meses, integral ou parcial sujeito a disposição de caixa. Da guarda dos livros e documentos ficará sob única e exclusiva responsabilidade do Sr. Presidente da mesa Emanuel Dias de Mello Sá. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Presidente, Sr. Isaac Duek, representado por seu procurador EMANUEL DIAS DE MELLO SÁ; Secretária, Sra. Dafne Duek, IM2D Participações Ltda.

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,5815

Dólar (EUA) - 5,2359

Franco (Suíça) - 6,7386

Iene (Japão) - 0,03343

Libra (Inglaterra) - 7,1543

Peso (Argentina) - 0,003616

Peso (Chile) - 0,006103

Peso (México) - 0,3028

Peso (Uruguai) - 0,1359

Yuan (China) - 0,7543

Rublo (Rússia) - 0,06822

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1768

PUBLICIDADE LEGAL

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,2574 / R\$ 5,258 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,2510 / R\$ 5,2530 *
Turismo - R\$ 5,2767 / R\$ 5,4567
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,04%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +0,23%
Pontos: 182.127
Volume financeiro: R\$ 34,281 bilhões
Maiores altas: MRV ON (+6,85%), Vamos ON (+6,28%), Eneva ON (+3,70%)
Maiores baixas: Braskem PNA (-4,56%), Porto Seguro ON (-3,73%), Vale ON (-3,33%)
S&P 500 (Nova York): -1,23%
Dow Jones (Nova York): -1,2%
Nasdaq (Nova York): -1,59%
CAC 40 (Paris): -0,29%
Dax 30 (Frankfurt): -0,46%
Financial 100 (Londres): -0,89%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,88%
Hang Seng (Hong Kong): 0,14%
Shanghai Composite (Xangai): -0,64%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,6%
Merval (Buenos Aires): -2,76%
IPC (México): 0,15%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%

Dólar recua com exterior e acumula queda de 0,52% na semana



O dólar apresentou queda firme no mercado doméstico nesta sexta-feira, 6, dia marcado por desvalorização global da moeda americana, recuperação dos preços de commodities e apetite por ativos de risco. Operadores ressaltam que o real se comportou bem mesmo em momentos de avanço do dólar no exterior ao longo da semana, em meio a sinais ambíguos da economia dos EUA e às reações à indicação do ex-diretor do Federal Reserve Kevin Warsh para a presidência do Banco Central americano. A avaliação predominante é a de que o real ainda pode se beneficiar nas próximas semanas do movimento de diversificação com global que toma conta dos mercados, com investidores reduzindo exposição a ativos denominados em dólar. Mesmo com um início de ciclo de cortes da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) a partir de março, os juros locais vão permanecer em níveis elevados, desencorajando carregamento de posições em dólar. Com mínima de R\$

5,2058, o dólar à vista encerrou o dia cotado a R\$ 5,2204, em queda de 0,63%. A moeda termina a primeira semana de fevereiro com baixa de 0,52%, após recuo de 4,40% em janeiro – a maior desvalorização mensal desde junho de 2025, quando caiu 4,99%. Para o gerente de tesouraria do Daycoval, Otávio Oliveira, parece haver uma “equalização” do fluxo de estrangeiro que levou o Ibovespa a bater sucessivos recordes e contribuiu para a apreciação do real ao longo de janeiro. “Não temos perspectivas de entradas como às que estávamos vendo. Parece que o dólar encontrou um suporte um pouco mais forte na casa dos R\$ 5,20”, afirma Oliveira. Lá fora, o índice DXY – que mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes – operou em leve baixa hoje e rondava os 97,640 pontos no fim da tarde, mas fecha a semana com ganhos de cerca de 0,50%. A migração de posições em dólar para metais e ativos emergentes sofreu solavancos desde a indicação de Warsh por Trump.

IstoÉDinheiro

Cali Ambiental Limpeza e Conservação S.A.

CNPJ nº 33.143.327/0001-71 – NIRE 35.300.533.674
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2025
Data/hora/local: Em 12/05/2025, às 10hs, na sede social. **Presença:** Reuniram-se os acionistas, representantes da totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas em livro próprio. **Mesa:** Presidente, Sra. **Sioma Fantauzzi Bianchini**; Secretário, Leandro Cordeiro Zanon. **Deliberações aprovadas:** i) **Alterado** o endereço da Companhia conforme atualizado no Art. 2º do Estatuto Social da Companhia: “**Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida das Nações Unidas, nº 13.797, 7º andar, Bloco II, Bairro: Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000**”; ii) **Aprovada** a Instituição do Programa de Integridade da Companhia, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e demais normas aplicáveis. Em consequência desta deliberação, efetuar a inclusão da nova cláusula no Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor com a seguinte redação: “**Art. 20 - A sociedade manterá e observará, em todas as suas atividades, o seu Programa de Integridade, desenvolvido internamente, o qual estabelece princípios, diretrizes e mecanismos voltados à prevenção, detecção e remediação de condutas ilícitas ou antiéticas. A observância das disposições constantes no referido Programa é obrigatória para todos os representantes, colaboradores, prepostos e terceiros que atuem em nome ou no interesse da sociedade.**”; iii) **Aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. SP, 12/05/2025. JUCESP nº 195.320/25-6 em 26/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.
ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º - A Cali Ambiental Limpeza e Conservação S.A. é uma sociedade anônima de Capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, podendo adotar outro jurídico, sendo seu prazo de duração indeterminado, encerrado suas atividades com a observância das disposições legais estatutárias. Art. 2º - A Companhia tem sede e foro Avenida das Nações Unidas, nº 13.797, 7º andar, Bloco II, Bairro: Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000. Art. 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) Principal: a. Serviços de limpeza e conservação em prédios e domicílios; (ii) Secundária: b. Limpeza Técnica: • Instalação hidráulica, sanitária e gás; • Instalação e manutenção de centrais de ar-condicionado, de vedação e refrigeração; • Limpeza Técnica Hospitalar, desinfecção, descontaminação, assepsia, controle bacteriológico e imunização; • Limpeza Técnica de Caixas D'Água, Reservatórios D'Água, controle de qualidade d'água; • Limpeza Ambiental e Limpeza Predial; • Limpeza Industrial e em Equipamentos; • Limpeza de Sanitários; c. Áreas Verdes: • Projetos, Execução e Manutenção de áreas ajardinadas; • Roçada, Corte de Grama e Corte de Taludes; • Poda de Árvores; Despragueamento de grama; • Manejo de recursos naturais, Florestamento e Reflorestamento; • Paisagismo; • Controle Fitossanitário; • Irrigação de áreas verdes; • Atividades de Agronomia prevista da Resolução nº 184, de 29/08/1969, da CONFEA, baseada na Lei 5.194, de 24/03/1966; • Produção, Comércio, Importação e Exportação de mudas; d. Sanificação: • Controle de vegetação infestante, inclusive a aplicação de herbicida; • Expurgos de pragas em materiais, armazenados; • Controle Fitossanitário; • Controle de pragas urbanas, compreendo inclusive, desinsetização e desratização; • Descupinização em ambientes abertos e fechados; e. Engenharia Civil: • Serviços de construção e reparos de obras civis; • Engenharia Sanitária e Rural; • Conservação, Manutenção Predial, Elétrica e Hidráulica; • Terraplanagem; • Fornecimento de máquinas, equipamentos e seus implementos; • Limpeza e Varrição de logradouros públicos e ruas; • Coleta e Remoção de lixo, sucatas e outros; • Coleta de lixo domiciliares e urbanos; • Classificação de lixo; • Destino final de resíduos sólidos; • Aterro Sanitário - Projeto, Instalação e Operação; • Reciclagem de Resíduos; • Incineração e lixo, inclusive hospitalar; • Desenvolvimento de Projetos Ambientais; • Sepultamentos; • Varrição mecanizada de logradouros públicos; • L. Serviços Administrativos: • Treinamento de mão de obra; • Fornecimento de mão de obra especializada e não especializada; • Serviços de Arrecadação em pedágios, Posto de Vendas e • Bilheterias; • Serviços de entrega motorizada ou não; • Locação de veículos leves e pesados com dispositivos especiais de carga para passageiros; • Portaria, Supervisão e Controle de Instalações; • Leitura de Medidores e Entrega de Contas; • Operação de Central de Telefonia; • Vigilância Desarmada; • Mensageiros, movimentação de documentos em geral; • Serviços de digitação e operação de CPD e Call Centers; • Operação, Recepção, Administração e Movimentação de Cargas e Passageiros em Terminais; • Controle de Acesso e Recepção; • Operação e Controle de Pedágios; • Serviços de Copas e Distribuição de Alimentos; • Serviços de Lavanderia de roupas hospitalares e industriais; • Serviços de movimentação de elevadores e ascensoristas; • Merendeiras; • Preparação de Alimentos; g. Comércio: • Comércio, Importação e Exportação de mudas, Árvores, Arbustos e Plantas decorativas; • Comércio, Exportação e Distribuição de produtos e instrumentos de limpeza em geral, e a Importação, Exportação e Comercialização de Produtos Agrotóxicos; e h. Outros: • Participação em outras Sociedades, na qualidade de sócios ou acionistas, no Brasil ou Exterior. Art. 4º - A critério da diretoria, a Companhia poderá instalar, manter ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos, necessários ao desempenho das atividades substanciais no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes. Capítulo II. Do Capital. Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 6.434.031,00, dividido em 6.434.031 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro: Cada Ação corresponde a um voto nas deliberações sociais, as ações representativas do capital social são indivisíveis, e, em relação à Companhia, são Ordinárias Nominativas. Parágrafo Segundo: As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre acionistas, na forma da Lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. Parágrafo Terceiro: Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. Capítulo III. Da Assembleia Geral. Art. 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. Parágrafo Segundo: As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em Lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. Capítulo IV. Da Administração. Art. 7º - A Administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta por 02 a 05 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. Parágrafo Primeiro: Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus horários serão fixados por Assembleia Geral que os eleger. Parágrafo Segundo: A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. Art. 8º - No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. Art. 9º - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais, ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de créditos; emitir e endossar cheque; abrir, operar encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar, ou ceder, no todo ou em parte, bem móveis ou imóveis. Art. 10º - A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação às procurações “adjudicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. Parágrafo Único: Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de fianças e outras garantias em favor de terceiros. Art. 11º - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto no mínimo de 3 e, no máximo, 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Parágrafo Único: Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por 3 membros e no máximo, 05 membros em caráter não-permanente, e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo que este somente se instalará a requerimento de acionistas, na forma do disposto no art. 161 da Lei nº 6.404, sendo que a competência do Conselho Fiscal é prevista no art. 163 do mesmo diploma. Art. 13 - Caso seja solicitado seu funcionamento, assumem os eleitos, e, para investidura no cargo, será necessário que cada um prove os requisitos legais. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. Capítulo VI. Disposições Gerais. Art. 14 - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Art. 15 - Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o conselho fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. Art. 16 - Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuição de lucros em períodos menores. Art. 17 - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2%. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior. Art. 18 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. Art. 19 - Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Art. 20 - A sociedade manterá e observará, em todas as suas atividades, o seu Programa de Integridade, desenvolvido internamente, o qual estabelece princípios, diretrizes e mecanismos voltados à prevenção, detecção e remediação de condutas ilícitas ou antiéticas. A observância das disposições constantes no referido Programa é obrigatória para todos os representantes, colaboradores, prepostos e terceiros que atuem em nome ou no interesse da sociedade. Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2025.



NEGÓCIOS

Clientes afetados pela Fictor criam associação para tentar evitar calote de R\$ 4 bilhões



Clientes que foram afetados pelo pedido de recuperação judicial da holding financeira Fictor, empresa que chegou a anunciar a compra do Banco Master, decidiram montar uma associação para tentar evitar um prejuízo estimado em R\$ 4 bilhões.

A entidade foi criada nesta semana, em São Paulo, e já soma cerca de 300 clientes, segundo informações obtidas pela reportagem. A situação da Fictor pode prejudicar mais de 13 mil contribuintes, que não estão cobertos pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos), como ocorre no caso da liquidação do Master, e podem perder mais dinheiro com a recuperação judicial solicitada pelos controladores da empresa.

A Fictor foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou até a publicação deste texto.

A ACFictor (Associação de Credores da Fictor Invest) pretende atuar de forma coordenada e estratégica na defesa dos direitos dos credores.

"A ACFictor surge da necessidade de organização porque, isoladamente, os credores ficam em posição extremamente frágil, com pouco acesso a informações, baixo poder de influência e alto risco de aceitar condições prejudiciais", disse Otávio Barbuio, presidente da associação e credor. "A atuação coletiva muda completamente essa relação de forças."

O pedido de recuperação judicial do Grupo Fictor envolve ao menos 13.041

credores. Desse total, 11.549 são pessoas físicas, com créditos que somam cerca de R\$ 2,54 bilhões.

Muitos desses investidores foram atraídos por estruturas de investimento através de Sociedades em Conta de Participação (SCPs) que prometiam rentabilidades elevadas, em alguns casos chegando a 2% ao mês, patamar significativamente acima da média da renda fixa tradicional.

Segundo a associação, a situação se agravou após uma série de medidas adotadas pela Fictor Invest, como o encerramento unilateral das SCPs, com a conversão forçada daqueles que eram considerados investidores em credores com a subsequente inclusão desse grupo no processo de recuperação judicial.

Folhapress

Produção de veículos cai 12% em janeiro ante igual mês de 2025, revela Anfavea

A produção de veículos no País teve queda de 12% no mês passado, frente a janeiro de 2025, somando 159,6 mil unidades, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Na comparação com dezembro do ano passado, houve queda de 13,5% na produção das montadoras em janeiro de 2026, conforme balanço divulgado nesta sexta-feira, 6, pela Anfavea, entidade que representa o setor.

As projeções da Anfavea, divulgadas no mês passado, apontam para um crescimento de 3,7% da produção de veículos neste ano.

Se confirmado o prognóstico, 2026 terminará com 2,74 milhões de veícu-

los produzidos no Brasil.

Em janeiro, as vendas caíram 0,4% na comparação com o mesmo período de 2025. No total, 170,5 mil veículos foram vendidos, 39% abaixo do volume de dezembro. A queda expressiva é normal em janeiro, dado o grande número de contas a pagar no início do ano.

Exportações

As exportações, de 25,9 mil veículos em janeiro, caíram 18,3% ante o mesmo mês de 2025. Na comparação com dezembro, os embarques subiram 38,3%.

Emprego

O balanço da Anfavea mostra ainda que 223 vagas de trabalho foram abertas em janeiro. As montadoras empregam agora 109,9 mil pessoas.

IstoÉDinheiro



Clientes pagaram dívida com Will Bank, mas agora estão na lista de devedores do BRB



Clientes que contrataram empréstimos ou outros serviços financeiros no Will Bank relatam que passaram a constar como devedores do BRB (Banco de Brasília), mesmo em casos em que os débitos já haviam sido quitados.

A informação foi antecipada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

A ligação entre as instituições ocorre devido à existência de operações do BRB para a compra de carteiras de crédito do Banco Master, que controlava o Will. O BRB, no entanto, não informou por qual negociação específica os contratos do Will Bank passaram a integrar sua base.

Os registros aparecem no SCR (Sistema de Informações de Crédito), do BC, acessado pelos consumido-

res por meio do Registrato, plataforma que reúne dados enviados por instituições financeiras. Relatos indicam que clientes passaram a ter dívidas sinalizadas como ativas ou em atraso, com valores que continuam sendo atualizados com juros, apesar de afirmarem não ter pendências com o banco estatal.

Entre os afetados está a trabalhadora rural Derlane Hermisdolffe, 34. Ela renegociou uma dívida de cartão com o Will Bank depois que o valor devido cresceu e chegou a cerca de R\$ 10 mil. O débito foi quitado à vista por R\$ 1.695,13. Segundo relata, após o pagamento do montante acordado, encerrou a conta na instituição financeira. Ainda assim, passou a constar no Registrato como devedora do BRB no

último mês, com um débito que já ultrapassa R\$ 50 mil.

Derlane, de Água Doce do Norte (ES), afirma não ter condições de arcar com advogados e diz que entrou em contato com o BRB, que lhe informou um prazo até 11 de fevereiro para análise do caso. Até lá, o suposto valor devido ao banco segue aumentando.

Em nota, o BRB afirma que, após a liquidação do Will Bank, deixou de receber do liquidante as informações necessárias sobre o repasse e a quitação das operações de crédito cedidas. "Pelas regras contratuais, o banco que originou os créditos deve acompanhar os pagamentos e, na sequência, fazer o envio dos dados e dos valores correspondentes ao BRB", diz o banco estatal.

Folhapress